

RECURSO ORDINÁRIO - RECLAMADA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA ___ REGIÃO

PROCESSO Nº: _____

RECORRENTE: _____

RECORRIDO: _____

A Reclamada, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado infra-assinado, inconformada, tempestivamente, com a r. sentença proferida pelo Juízo da ___ Vara do Trabalho de _____, vem, respeitosamente, interpor o presente

RECURSO ORDINÁRIO

com fundamento no artigo 895, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelas razões a seguir expostas.

I – DOS FATOS

O presente recurso tem por objetivo reformar a respeitável sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo Reclamante, impondo à Recorrente obrigações que não condizem com a realidade dos fatos e com o direito aplicável.

II – DO CABIMENTO DO RECURSO

O recurso ordinário é cabível contra decisões interlocutórias e sentenças definitivas ou terminativas proferidas pelos juízes de primeira instância, conforme previsão no artigo 895, I, da CLT.

III – DAS RAZÕES DO RECURSO

1. Da inexistência de vínculo empregatício:

A Recorrente impugna a decisão que reconheceu vínculo empregatício, pois restou comprovado que a relação mantida com o Reclamante não preenchia os requisitos configuradores do vínculo, conforme documentos e testemunhas acostados.

2. Do pagamento correto das verbas rescisórias:

Contesta-se a condenação ao pagamento de verbas rescisórias, tendo sido efetuados todos os pagamentos de forma regular e dentro dos prazos legais, conforme comprovantes anexos.

3. Da ausência de horas extras:

Requer-se a revisão do entendimento acerca das horas extras, pois a jornada cumprida estava devidamente registrada e respeitava os limites legais, sem quaisquer excessos.

4. Da multa do artigo 477 da CLT:

Impugna-se a aplicação da multa prevista no artigo 477 da CLT, uma vez que a rescisão contratual foi realizada respeitando todos os prazos e formalidades legais.

5. Da improcedência dos pedidos de danos morais:

O pedido de indenização por danos morais carece de provas e fundamentação jurídica, devendo ser integralmente rejeitado.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso ordinário para reformar a sentença recorrida, julgando improcedentes todos os pedidos formulados pelo Reclamante;
- b) A condenação do Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
- c) A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário.

Termos em que,
Pede deferimento.

_____, _____
Local para assinatura Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/recurso-ordinario-reclamada/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.